

1

2

1 **ATA 03/2017 REUNIÃO ORDINÁRIA. 1. DATA, LOCAL, QUORUM** – Aos vinte e sete dias do
2 mês de março do ano de dois mil e dezessete, com início às 8h30min, na sala de reuniões da
3 SANEPAR, localizada na rua Guanabara, entre as ruas Guarani e XV de novembro, nesta cida-
4 de, reuniram-se para a reunião os conselheiros e convidados conforme assinatura em lista de
5 presença em anexo. **2. ABERTURA; LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA ANTERIOR:** O Presi-
6 dente em exercício, Eduardo Gomes Klaue, procedeu à abertura da reunião e, com o consenti-
7 mento dos presentes, considerou aprovada a ata número dois, barra dois mil e dezessete, en-
8 caminhada a todos os conselheiros por mensagem eletrônica, uma vez que não houveram su-
9 gestões de alterações. **3. ABERTURA E LEITURA DOS EXPEDIENTES E DAS**
10 **COMUNICAÇÕES DA ORDEM DO DIA;** O Presidente em exercício, Eduardo Gomes Klaue,
11 presidiu a reunião, iniciando a leitura dos ofícios recebidos: Ofício nº 156/2017-SMS/DGS – In-
12 dicação de membros representantes para o conselho designada a Secretaria Municipal da Saú-
13 de, recebido em 22/02/2017. Ofício nº 047/2017-SMPE – Indicação de membros para Conselho
14 para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento e Acompanhamento do Plano Diretor
15 (CMDAPD), recebido em 22/02/2017. Ofício Circular nº 01/2017-GAB – Convite para audiência
16 pública para a apresentação e discussão de propostas para o Plano Plurianual 2018-2021, re-
17 cebido em 06/03/2017. Requerimento ZOLDIR BARAZETTI – Inclusão de pauta em reunião
18 mensal da Câmara Técnica, recebido em 23/03/2017. Posteriormente justificou que o Presiden-
19 te do Conselho de Meio Ambiente, Robert Gordon Hickson, está em viagem, e assim houve a
20 necessidade de sua substituição pelo vice- presidente para dar continuidade com o andamento
21 dos projetos. **4. INFORMAÇÕES SOBRE O SALDO DO FMMA;** O Presidente informou aos
22 conselheiros o saldo atual do Fundo Municipal do Meio Ambiente, sendo este de
23 R\$1.960.890,20. Um milhão novecentos e sessenta mil e oitocentos e noventa reais e vinte
24 centavos. **5. APRESENTAÇÃO DO NOVO LOGO DO CMMA;** A bióloga do Parque das Aves,
25 Lilian Queli, fez a explanação do motivo da discussão do logo do CMMA, que estaria sendo in-
26 cluso no orçamento feito para placas de sensibilização e Educação Ambiental do Parque das
27 Aves de Toledo, solicitou à todos os conselheiros que enviem sugestões a serem repassadas
28 pelo email do Conselho (cmmatoledo@hotmail.com). **6. APRESENTAÇÃO DO PARECER**
29 **TÉCNICO DA C.T RECURSOS HÍDRICOS E SOLOS SOBRE LOTEAMENTOS;** Com a pala-
30 vira, o Presidente da Câmara, Eduardo Gomes Klaue, começou a explanação com o loteamen-
31 to intitulado condomínio Goldem Vile, no distrito de Novo Sobradinho, no qual relatava a solici-
32 tação do IAP de anuência do Conselho do Meio Ambiente, pois o mesmo se situa a menos de
33 500 metros de ocupações agropecuárias circunvizinhas. De acordo com a nova Lei Nº 2.233 de
34 16 de setembro de 2016, em seu artigo 6º, inciso 5º a distancia que passa a vigorar são 250
35 metros. Como esse loteamento encontra-se com partes à menos de 250 metros, consequente-
36 mente foi solicitado que este volte para as referidas secretarias, pois não houve cumprimento
37 da lei na sua integralidade. Posteriormente houve aprovação por unanimidade. Ainda com o
38 uso da palavra, Eduardo Gomes Klaue, fez a apresentação dos loteamentos Morumbi e Mari-
39 pá, onde o loteamento Morumbi estaria com partes à menos de 250 metros, estando em desa-
40 cordo com a nova Lei 2.233 de 16 de setembro de 2016, em seu artigo 6º, inciso 5º. Assim, foi
41 solicitado que o projeto volte às secretarias referidas para uma nova avaliação da situação em
42 questão e que também a Secretaria do Meio Ambiente faça uma verificação de possível exis-
43 tência de áreas úmidas na parte do loteamento no lado esquerdo da rodovia, sentido Marechal
44 Cândido Rondon. Posteriormente foi colocado em votação, tendo sua aprovação por unanimi-
45 dade. Quanto ao loteamento Maripá, foi relatado pela Câmara técnica que este se encontra-
46 se à mais de 250 metros do empreendimento potencialmente poluidor, sendo que o Loteamen-

3

47 to está dentro da legislação vigente (LEI Nº 2.233 de 16 de setembro de 2016, em seu artigo 6º
48 inciso 5º, mas não atende artigo 7º inciso 1º que trata das infraestruturas necessárias para o lo-
49 cal). Assim, foi solicitado que o projeto volte às secretarias referidas para uma nova avaliação
50 da situação em questão e que também a secretaria do Meio Ambiente faça uma verificação de
51 possível existência de áreas úmidas na parte do loteamento do lado esquerdo da rodovia, sen-
52 tido Marechal Cândido Rondon. Posteriormente foi colocado em votação, tendo sua aprovação
53 por unanimidade. Continuando com a apresentação dos loteamentos, Eduardo Gomes Klaue,
54 fez a explanação do loteamento Barasetti, que por sua vez, não possui proximidade com área
55 potencialmente poluidora, encontra-se em área urbana, contempla rua paisagística, apresentou
56 Laudo Geológico comprobatório e não ocupa área úmida, estando também de acordo com a le-
57 gislação vigente (Lei Nº 2.233 de 16 de setembro de 2016, em seu artigo 6º, inciso 5º). Posteri-
58 ormente foi colocado em votação, tendo sua aprovação por unanimidade. Eduardo Gomes
59 Klaue, fez a apresentação do loteamento intitulado Cerejeiras que ao passar pelo IAP (Instituto
60 Ambiental do Paraná) recebeu a seguinte exigência em 17/01/2017: “Deverá ser apresentada a
61 anuência do Conselho Municipal do Meio Ambiente devido à proximidade do loteamento de cri-
62 atório de suínos situado em área vizinha na direção do vento”. Relatou que o mesmo no mes-
63 mo, não constava projeto de rua paisagística, está a menos de 100 metros de fonte de odores
64 provocadas por criação de bovinos, não ficou claro o destino de área central entre o loteamento
65 e reserva legal do próprio imóvel e conseqüentemente foi solicitado que este projeto retorne a
66 Secretaria do Meio Ambiente para averiguar o potencial de odores e reflexos sob o futuro lotea-
67 mento, e a secretaria de Planejamento para uma nova avaliação da situação em questão e soli-
68 citação das complementações que se fizerem necessárias. A CTRHeS, solicita que o Conselho
69 Municipal do Meio Ambiente em nome da preservação da qualidade de vida da população, que
70 envie Ofício ao Prefeito Municipal, solicitando a substituição do seu artigo 6º inciso 5º da LEI
71 Nº 2.233 de 16 de setembro de 2016, com retorno do seu artigo 6º inciso 5º da Lei municipal
72 1981 de 20 de junho de 2008, e também um novo estudo sobre o artigo artigo 7º inciso 5º que
73 permite a construção de loteamentos residências às margem da BR 467 e PTR 163, passando
74 este locais apenas para serviços, comércio e indústrias não poluentes. Solicitou também
75 a readequação da lei de zoneamento no que trata sobre a proteção de nascentes. De acordo
76 com a Nova lei de Zoneamento 2.233/2016, que estabelece faixa mínima de preservação de
77 apenas 30 metros como raio no entorno das nascentes. A qual desrespeita o Art. 4º do Código
78 Florestal do Brasil, (12.651/ 2012) que exige no mínimo 50 m de APPE. Em seguida, foi coloca-
79 do em votação, sendo que obteve aprovação unânime. Para finalizar a pauta, Eduardo Gomes
80 Klaue falou sobre uma denúncia feita por populares e solicitou a verificação da situação do lo-
81 teamento Vale do Sol no bairro Pancera. Isto se deu devido ao envio de uma foto por morador,
82 de um folder de marketing para a venda de terrenos em possível localização de nascentes.
83 Posteriormente foi solicitado a Secretaria de Planejamento e do Meio Ambiente a verificação da
84 situação deste loteamento. Foi relatado que o órgão fiscalizador da prefeitura já havia feito noti-
85 ficação e autuação recentemente neste local. **7. TITA, REPRESENTANTE DO SMMA FALA
86 SOBRE LOTEAMENTOS;** Com o uso da palavra, o Secretário do Meio Ambiente, João Carlos
87 Batista Coelho Furlan, relatou que os conselheiros presentes na reunião já haviam exposto
88 suas ideias e opiniões no decorrer da reunião e que estava de acordo com o que foi dito. **8.
89 APRESENTAÇÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL;** Com o uso da pa-
90 lavra, a presidente da Câmara Técnica de Educação Ambiental, Moema Viezzer, disse na pos-
91 sibilidade de fazer um instrumental feito por todos, pediu que pelo menos um representante de
92 cada uma das outras câmaras que participassem das reuniões da Câmara Técnica de Educa-

93 ção Ambiental, que acontecerá na segunda quinta feira do próximo mês às 08:30, pois a mes-
94 ma envolve vários assuntos relevantes e que todos os processos seriam de extrema importân-
95 cia **9. APRESENTAÇÃO DE INSTRUMENTAL PARA A SOLICITAÇÃO DE RECURSOS DO**
96 **FUNDO DO MEIO AMBIENTE;** A Conselheira, Ires Damian Scuzziato, fez a apresentação de
97 um instrumental, de acompanhamento de processos, mostrando aos conselheiros presentes o
98 modelo contendo: a entidade (quem está pedindo), CNPJ, endereço, responsável técnico pela
99 execução do projeto, local da execução do projeto, justificativa, objetivo geral, assinalar ques-
100 tões que serão beneficiadas (educação ambiental formal, projetos de educação, cultura, saúde
101 e entre outras), responsável pelo preenchimento e função exercida, plano de trabalho (explica-
102 ção da execução de trabalho), envolvidos na execução do projeto, recepção financeira (assina-
103 lar conforme a execução do processo), o mesmo será repassado por e-mail à todos os conse-
104 lheiros para sugestões no decorrer do mês. Complementando a explanação do projeto, a Con-
105 selheira Tânia Maria Iakovacz Lagemann, falou sobre a Comissão Interinstitucional de Educa-
106 ção Ambiental que está nos moldes de um conselho e irá trabalhar toda questão de Educação
107 Ambiental tanto formal quanto informal e o regimento interno. Relatou que na reunião da Câ-
108 mara Técnica foi feito uma lista de instituições que vão compor a comissão, sendo eles: Repre-
109 sentantes Governamentais (Universidades Públicas – UNIOESTE E UTFPR, Sanepar, IAP/
110 Emater, Núcleo Regional de Educação, Bombeiros/Polícia Civil, Secretaria do Meio Ambiente,
111 Secretaria da Cultura, Secretaria de Educação, Secretaria da Saúde, Secretaria da Assistência
112 Social, Secretaria da Comunicação, Secretaria da Agricultura) e Representantes Não Govern-
113 mentais (Empresas – Faricon, BRF e Safeeds, Organizações empresariais – ACIT, Clubes de
114 serviço (Rotary e Lions), Cooperativas – Coamo e Primato, Coletivo Educador, Escoteiros e
115 Desbravadores, UTAM, Associação Toledana de Imprensa, Igrejas – Associação de Igreja
116 Evangélica e Igreja Católica, Associação de produtores rurais e produtores rurais orgânicos,
117 Sindicato de Servidores Públicos, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato Rural/Patro-
118 nal), posteriormente, os conselheiros, César Augusto de Oliveira Franco e Carlinhos Fornari,
119 solicitaram a inclusão das Lojas Maçônicas e das Ordens Paramaçônicas (Arco-Íris e Demo-
120 lay). O presidente do Conselho solicitou a Câmara Técnica de Educação Ambiental, que diante
121 da necessidade de padronização da tramitação de processos no CMMA, apresente a proposta
122 da modelo de um software para compra. **10. APRESENTAÇÃO DAS SOLICITAÇÕES JÁ RE-**
123 **ALIZADAS PELA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS**
124 **APROVADOS PELO CONSELHO;** A diretora administrativa da Secretaria do Meio Ambiente,
125 Michele Cristine Krenczynski, fez o uso da palavra dizendo que houve vários questionamentos
126 sobre as solicitações que foram feitas para o Conselho e não foram executadas, e que para ser
127 realizadas precisa ser feito uma verificação de quantia para recursos que estariam disponíveis.
128 Citou algumas solicitações que não foram aprovadas, entre elas as solicitações de recursos da
129 C.T de Resíduos Sólidos. O Presidente da Câmara Técnica de Resíduos, César Augusto de
130 Oliveira Franco, explanou sobre o parecer (Nº 06/2016) sobre a solicitação de aquisição para
131 equipamentos: Empilhadeira, Flocladora de isopor e caixa hidráulica, já foi elaborado, tendo
132 sido favorável em 12 de maio 2016, e encaminhado para o presidente do CMMA. A diretora
133 explanou que todas as solicitações tem uma numeração e saem do administrativo da secretaria
134 e que não terminou seu levantamento devido à mudanças nos processos e a falta de definição
135 do que será solicitado ou não. A mesma pediu possibilidades de agilização dos processos com
136 critérios para avaliação do que é mais relevante ou não. A Conselheira, Ires Damian Scuzziato,
137 expôs sua sugestão sobre as Câmaras Técnicas se reunirem antes da reunião do Conselho
138 para analisar processos e já obter um parecer técnico. A diretora Michele Cristine Krenczynski,
139 apresentou as solicitações de recursos que posteriormente serão encaminhadas para as res-

140 pectivas Câmaras Técnicas para votação, sendo: recursos para aquisição de materiais para
141 manutenção do aquário (projeto ainda ser enviado para o CMMA), recursos para preservação
142 de nascente em área particular em São Miguel (projeto ainda ser enviado para o CMMA), Soli-
143 citação de Recursos para efetivação do Programa de Educação Ambiental do Plano de Coleta
144 Seletiva (projeto ainda ser enviado para o CMMA), recurso para recursos para a aquisição de
145 50 contêineres amarelos para a reposição dos contêineres danificados e queimados e recursos
146 para viabilizar serviços de cercamento de uma área da Prefeitura localizada em Vila Nova. O
147 presidente irá repassar as câmaras técnicas as solicitações de recursos enviadas, que conte-
148 nham seu devido orçamento. **11. PALAVRA FRANCA.** A Conselheira Maria Glória G. Pozzo-
149 bom esclareceu que o IAP passou a ter mudança de postura à mais ou menos 4 anos e no mo-
150 mento em que chega um pedido de licenciamento, que por sua vez, poderá dar algum proble-
151 ma, estaria sendo solicitado encaminhamento ao conselho, e no seu entendimento, o IAP de-
152 veria acatar o que o município determinou, posteriormente, sugeriu que organizem os proces-
153 sos, protocolem, que tenha número de processo e ítems mínimos. Justificou também que por
154 não terem pessoal o suficiente, a soma de esforços, a união de todos os órgãos será um fator
155 determinante. A Conselheira, Maisa Carmen Kuhn Fazzolari, esclareceu também sobre os lote-
156 amentos que há uma série de problemas, principalmente na gestão dos processos, pois há pro-
157 jetos que não foram arquivados. Desde então, começaram a organizar e fazer uma reforma ad-
158 ministrativa para melhoria dos andamentos, e que no momento terá uma suspensão da análise
159 de loteamentos por alguns meses, que no qual haverá processo de organização do mesmo. A
160 mesma, justifica sua colocação dizendo que são processos complexos e burocráticos e por não
161 tramitarem no sistema, hoje, não há um levantamento de quantos projetos foram aprovados no
162 ano passado. Logo após, Robbie Bombardelli fez a explanação da necessidade dos materiais
163 para a manutenção do aquário municipal e que os mesmos teriam longa duração. A diretora
164 Michele Cristine Krenczynski complementou a fala de Robbie Bombardelli dizendo que o aquá-
165 rio é muito importante na educação ambiental, no desenvolvimento científico e apoio aos alu-
166 nos de universidades e também ao turismo. **12. ENCERRAMENTO;** O Presidente em exercí-
167 cio, Eduardo Gomes Klaue, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às dez e trin-
168 ta horas da manhã. Desse modo, eu, Mariana Ferreira da Silva, secretária da reunião, lavro a
169 presente ata, que após lida e aprovada através do endereço eletrônico deste Conselho, será
170 assinada por mim e pelo Presidente em exercício, Eduardo Gomes Klaue, seguindo anexa a
171 lista dos presentes.